



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL/SC
AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 32/2024
ART. 75, INCISO VIII DA LEI FEDERAL Nº 14.133 DE 2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 32/2024

OMUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL/SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Nereu Ramos, nº 50, Centro, São João do Sul/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.547.274/0001-60, torna público, que realizará à presente dispensa de licitação, com critério de julgamento **MENOR PREÇO**, fundamentada no Decreto Municipal nº 030, de 02 de maio de 2024 c/c art. 75, inciso VIII e art. 176, inciso II, ambo da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, assim como as demais legislações pertinentes e as cláusulas, especificações e recomendações estabelecidas neste AVISO DE DISPENSA e seus anexos.

1. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação emergencial para aquisição de cestas básicas, kits de higiene e limpeza e kits de higiene pessoal nos termos do Processo nº 59052.021805/2024-18, homologado pela Portaria nº 704 de 29 de fevereiro de 2024 do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, publicada no Diário Oficial da União/DOU em 01/03/2024 e Decreto Municipal nº 115 de 2023, prorrogado pelo Decreto Municipal nº 036 de 2024, conforme plano de trabalho e demais documentos que instruem o presente procedimento.

1.2. A contratação ocorrerá em item/lote único, conforme tabela constante abaixo:

Lote: 1 - KIT CESTA BÁSICA - PARA ESSE ITEM SERÃO FORNECIDAS 410 cestas compostas pelos itens abaixo:					
ITEM	UND	DETALHAMENTO DO OBJETO	QTD	VALO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Quilograma	Arroz parboilizado tipo 1 embalagem de 1kg	4.100	R\$ 7,20	R\$ 29.520,00
2	Quilograma	Farinha de milho média ou fina, embalagem 1kg	410	R\$ 4,50	R\$ 1.845,00
3	Quilograma	Farinha de mandioca (embalados em sacos plásticos de 1kg)	410	R\$ 5,89	R\$ 2.414,90
4	Quilograma	Farinha de trigo, tipo 1, embalagem 1kg	820	R\$ 4,89	R\$ 4.009,80
5	Pacote	Macarrão espaguete pct 500gr	820	R\$ 4,29	R\$ 3.517,80
6	Dúzia	Ovos bandeja com 12 ovos	820	R\$ 9,85	R\$ 8.077,00
7	Pacote	Café torrado e moído, embalagem 500g	410	R\$ 18,99	R\$ 7.785,90
8	Unidade	Oleo de soja (embalagem pet de 900ml)	820	R\$ 7,75	R\$ 6.355,00
9	Pacote	Acucar cristal (embalagem plástica com 2 kg)	410	R\$ 9,89	R\$ 4.054,90
10	Unidade	Leite integral (1 litro)	2.460	R\$ 6,65	R\$ 16.359,00
11	Quilograma	Feijão preto tipo 1 - embalagem de 1 kg	820	R\$ 6,75	R\$ 5.535,00
12	Pacote	Biscoito maria embalagem 360gr	410	R\$ 5,99	R\$ 2.455,90
13	Pacote	Biscoito água e sal embalagem 360gr	410	R\$ 5,99	R\$ 2.455,90
14	Unidade	Sardinha em óleo lata	410	R\$ 5,99	R\$ 2.455,90
15	Unidade	Sal moído, iodado, para consumo doméstico, embalagem 1kg	410	R\$ 1,99	R\$ 815,90
Total Lote 1					R\$ 97.657,90
Lote: 2 - KIT HIGIENE E LIMPEZA - PARA ESSE ITEM SERÃO FORNECIDAS 205 kits compostas pelos itens abaixo:					
1	Unidade	Balde plástico 8 a 10 litros	205	R\$ 19,20	R\$ 3.936,00
2	Unidade	Pano de chão 50x75	410	R\$ 9,55	R\$ 3.915,50
3	Unidade	Água sanitaria - 2 litros	410	R\$ 6,55	R\$ 2.685,50
4	Pacote	Esponja de louça dupla face - pacote com 04 unidades	205	R\$ 3,95	R\$ 809,75
5	Unidade	Desinfetante para uso geral (frasco com 02 litros)	410	R\$ 6,50	R\$ 2.665,00
6	Unidade	Vassoura plástico com cabo e cerdas macias	410	R\$ 8,99	R\$ 3.685,90
7	Unidade	Rodo plástico 40cm	205	R\$ 8,99	R\$ 1.842,95
8	Unidade	Detergente de louca 500ml	1.025	R\$ 2,09	R\$ 2.142,25
9	Unidade	Sabão em barra neutro 200 gramas - pacote com 5 unidades	205	R\$ 13,99	R\$ 2.867,95
10	Unidade	Saponáceo cremoso com 300 ml	205	R\$ 5,75	R\$ 1.178,75
11	Pacote	Sabão em pó, embalagem 800gr	205	R\$ 9,05	R\$ 1.855,25
12	Unidade	Pá de lixo com cabo longo	205	R\$ 8,75	R\$ 1.793,75
13	Pacote	Saco de lixo 100l com 25 unidades	205	R\$ 7,65	R\$ 1.568,25
14	Unidade	Amaciante de roupa, embalagem 2 litros	205	R\$ 6,49	R\$ 1.330,45
Total Lote 2					R\$ 32.277,25
Lote: 3 - KIT HIGIENE E LIMPEZA - PARA ESSE ITEM SERÃO FORNECIDAS 410 unidades compostas pelos itens abaixo:					
1	Unidade	Papel higienico und c/ 4 rolos.	1.230	R\$ 5,80	R\$ 7.134,00
2	Unidade	Sabonete 90 gr	1.640	R\$ 1,90	R\$ 3.116,00



3	Unidade	Escova dental	820	R\$ 3,71	R\$ 3.042,20
4	Unidade	Creme dental - 90 gramas	820	R\$ 3,60	R\$ 2.952,00
5	Unidade	Shampoo infantil frasco de 350ml neutro	410	R\$ 8,78	R\$ 3.599,80
6	Unidade	Desodorante rolon 90gr	410	R\$ 8,65	R\$ 3.546,50
7	Unidade	Cotonete cx 75 unidades	410	R\$ 3,99	R\$ 1.635,90
8	Unidade	Fio dental embalagem 50 metros	410	R\$ 3,99	R\$ 1.635,90
9	Unidade	Aparelho barbear duas lâminas c/ 02 unidades	410	R\$ 5,99	R\$ 2.455,90
Total Lote 3					R\$ 29.118,20
Total					R\$ 159.053,35

1.3. O critério de julgamento adotado foi o **menor preço** obtido na fase de pesquisa de preços.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. A presente Dispensa de Licitação encontra fundamentação legal no art. 37, inciso XXI da CRFB, de 1988, Decreto Municipal nº 030, de 02 de maio de 2024, art. 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Estadual nº 15.953, de 07 de janeiro de 2013, Decreto Estadual nº 1.816, de 17 de março de 2022, Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, conforme segue:

Constituição da República Federativa do Brasil:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante **processo de licitação pública que assegure igualdade de condições** a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Lei Federal nº 14.133, de 2021:

Art. 75. É dispensável a licitação:

[...]

VIII - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a reconstrução de empresa já contratada com base no disposto neste inciso;

Decreto Municipal nº 030, de 2024:

Art. 23. O Estudo Técnico Preliminar (ETP) é o documento elaborado pelo setor requisitante na primeira etapa da contratação, evidenciando o interesse público envolvido, devendo dispor sobre o problema existente e a solução a ser contratada para resolvê-lo, dando base à elaboração do termo de referência, do anteprojeto ou do projeto básico, a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.

[...]

III - dispensas de licitação previstas nos incisos III, VII e VIII do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

LEI ESTADUAL Nº 15.953, 2013:

Art. 1º O Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil (SIEPDEC) será constituído por órgãos e entidades da Administração Pública Estadual e dos municípios, por entidades privadas e pela comunidade, sob a coordenação do órgão central de proteção e defesa civil.

[...]

Art. 3º As ações de proteção e defesa civil serão articuladas pelos órgãos do SIEPDEC e terão como objetivo, fundamentalmente, a redução dos riscos de desastres, compreendendo:

I – ações de prevenção de desastres;

II – ações de mitigação de desastres;

III – ações de preparação para emergências e desastres;

IV – ações de resposta a desastres; e

V – ações de recuperação voltadas à proteção e defesa civil.

V – ações de restabelecimento e reconstrução voltadas à proteção e defesa civil. (NR) (Redação dada pela Lei 18.047, de 2020)

DECRETO ESTADUAL Nº 1.816, 2022:

Art. 1º A Defesa Civil (DC) vincula-se diretamente ao Gabinete do Governador do Estado, conforme a Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019.

Art. 2º A DC, que se constitui como dever do Estado e direito e responsabilidade de todos, tem por objetivo planejar e promover a defesa permanente contra a calamidade pública e as situações de emergência, conforme estabelece o art. 109 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º O Fundo Estadual de Proteção e Defesa Civil (FUNPDEC), criado pela Lei nº 8.099, de 1º de outubro de 1990, vincula-se à DC e será gerido pelo Secretário-Chefe da DC.

Parágrafo único. O FUNPDEC destina-se a captar, controlar e aplicar recursos financeiros para atender as despesas administrativas e operacionais, correntes e de capital, da execução de ações preventivas e de preparação para desastres, de socorro e assistência emergenciais, de recuperação e reconstrução de serviços essenciais, atendendo às populações atingidas por desastres e oferecendo fortalecimento e apoio institucional ao Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil (SIEPDEC).

Art. 4º O SIEPDEC, criado pela Lei nº 15.953, de 7 de janeiro de 2013, e regulamentado pelo Decreto nº 1.879, de 29 de novembro de 2013, é constituído por órgãos e entidades da Administração Pública Estadual e dos municípios, por entidades privadas e pela comunidade, sob a coordenação da DC, órgão central de proteção e defesa civil do Estado.

LEI FEDERAL Nº 12.608, 2012:

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC, dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC, autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres e dá outras providências.

[...]

Art. 21. Os arts. 4º e 5º da Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, passam a vigorar com a seguinte redação: “Art. 4º São obrigatórias as transferências da União aos órgãos e entidades dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para a execução de ações de resposta e recuperação, observados os requisitos e procedimentos previstos nesta Lei.

§ 1º As ações de que trata o caput serão definidas em regulamento, e o órgão central do SINPDEC definirá o montante de recursos a ser transferido, mediante depósito em conta específica mantida pelo ente beneficiário em instituição financeira oficial federal, de acordo com sua disponibilidade orçamentária e financeira e com base nas informações obtidas perante o ente federativo.

MANUAL DE ORIENTAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS AOS MUNICÍPIOS FRENTE À SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA E CALAMIDADE PÚBLICA:

Em conformidade com as Leis nº 15.953/2013 e o Decreto Estadual nº 1.816/2022, consideram-se:

a) Situação de Emergência (SE): situação anormal provocada por desastre que causa danos e prejuízos que comprometem parcialmente a capacidade de resposta do poder público do ente federativo atingido;

b) Estado de Calamidade Pública (ECP): situação anormal provocada por desastre que causa danos e prejuízos que comprometem substancialmente a capacidade de resposta do poder público do ente federativo atingido.

O reconhecimento de SE ou ECP tem início com a expedição de decreto pelo Prefeito Municipal, ouvida a Coordenadoria Regional de Proteção e Defesa Civil (COREDEC), devendo ser imediatamente remetido à Defesa Civil, para posterior homologação pelo Governador do Estado.

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1. **CONSIDERANDO** os eventos climáticos que resultaram na edição do **Decreto Municipal nº 115, 18 de novembro de 2013**, conforme transcrição a seguir:

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito do Município de São João do Sul, localizado no Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art.55, V, da Lei orgânica do Município de São João do Sul e pelo inciso VI do artigo 8º da lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012. **CONSIDERANDO:**

I – Que às 09 horas e 17 minutos do dia 17 de novembro até às 10 horas e 56 minutos do dia 18 de novembro de 2023 ocorreu o evento Local/Convectiva – Chuvas Intensas – COBRADE 1.3.2.1.4, por aproximadamente 24 horas acumulou o volume de 109.8mm de chuva no território do Município de São João do Sul.

II- Que em decorrência do referido evento, ocorreram prejuízos em lavouras, nas agroindústrias, em residências, no comércio e na indústria, na prestação de serviços, na pesca, e na infraestrutura pública, nos empreendimentos turísticos e gastronômicos, por causa de alagamentos, enxurradas, inundações e excesso de umidade. Como ação de resposta a Defesa Civil do município disponibilizou alertou os moradores de áreas de risco e ofereceu auxílio para desalojados.

III – Que a fundamentação deste ato, com o detalhamento do desastre, consta em Parecer Técnico da Coordenadoria Municipal Proteção e Defesa Civil do Município de São João do Sul favorável à declaração da situação de anormalidade, conforme disposto no § 4º do Art. 2º da Portaria nº 260 de 2 de fevereiro de 2022.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada a Situação de Emergência nas áreas do Município de São João do Sul registradas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Tempestade Local/Convectiva – Chuvas Intensas – COBRADE 1.3.2.1.4 Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil de São João do Sul, nas ações de resposta ao desastre e reconstrução das áreas afetadas.



3.2. **CONSIDERANDO** o 59052.020244/2024-21 que liberou R\$ 202.500,00 (duzentos e dois mil e quinhentos reais) para aquisição de cestas básicas.

3.3. **CONSIDERANDO** a legislação a seguir transcrita:

Constituição da República Federativa do Brasil:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...].
XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Lei Federal nº 14.133, de 2021:

Art. 75. É dispensável a licitação:

[...] VIII - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a reconstrução de empresa já contratada com base no disposto neste inciso;

Lei Estadual nº 15.953, 2013:

Art. 1º O Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil (SIEPDEC) será constituído por órgãos e entidades da Administração Pública Estadual e dos municípios, por entidades privadas e pela comunidade, sob a coordenação do órgão central de proteção e defesa civil.

[...]

Art. 3º As ações de proteção e defesa civil serão articuladas pelos órgãos do SIEPDEC e terão como objetivo, fundamentalmente, a redução dos riscos de desastres, compreendendo:

I – ações de prevenção de desastres;

II – ações de mitigação de desastres;

III – ações de preparação para emergências e desastres;

IV – ações de resposta a desastres; e

V – ações de recuperação voltadas à proteção e defesa civil.

V – ações de restabelecimento e reconstrução voltadas à proteção e defesa civil. (NR) (Redação dada pela Lei 18.047, de 2020)

Decreto Estadual nº 1.816, 2022:

Art. 1º A Defesa Civil (DC) vincula-se diretamente ao Gabinete do Governador do Estado, conforme a Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019.

Art. 2º A DC, que se constitui como dever do Estado e direito e responsabilidade de todos, tem por objetivo planejar e promover a defesa permanente contra a calamidade pública e as situações de emergência, conforme estabelece o art. 109 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º O Fundo Estadual de Proteção e Defesa Civil (FUNPDEC), criado pela Lei nº 8.099, de 1º de outubro de 1990, vincula-se à DC e será gerido pelo Secretário-Chefe da DC.

Parágrafo único. O FUNPDEC destina-se a captar, controlar e aplicar recursos financeiros para atender as despesas administrativas e operacionais, correntes e de capital, da execução de ações preventivas e de preparação para desastres, de socorro e assistência emergenciais, de recuperação e reconstrução de serviços essenciais, atendendo às populações atingidas por desastres e oferecendo fortalecimento e apoio institucional ao Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil (SIEPDEC).

Art. 4º O SIEPDEC, criado pela Lei nº 15.953, de 7 de janeiro de 2013, e regulamentado pelo Decreto nº 1.879, de 29 de novembro de 2013, é constituído por órgãos e entidades da Administração Pública Estadual e dos municípios, por entidades privadas e pela comunidade, sob a coordenação da DC, órgão central de proteção e defesa civil do Estado.

Lei Federal nº 12.608, 2012:

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC, dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC, autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres e dá outras providências.

[...]

Art. 21. Os arts. 4º e 5º da Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, passam a vigorar com a seguinte redação: “Art. 4º São obrigatórias as transferências da União aos órgãos e entidades dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para a execução de ações de resposta e recuperação, observados os requisitos e procedimentos previstos nesta Lei. § 1º As ações de que trata o caput serão definidas em regulamento, e o órgão central do SINPDEC definirá o montante de recursos a ser transferido, mediante depósito em conta específica mantida pelo ente beneficiário em instituição financeira oficial federal, de acordo com sua disponibilidade orçamentária e financeira e com base nas informações obtidas perante o ente federativo.

MANUAL DE ORIENTAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS AOS MUNICÍPIOS FRENTE À SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA E CALAMIDADE PÚBLICA:



Em conformidade com as Leis nº 15.953/2013 e o Decreto Estadual nº 1.816/2022, consideram-se:

a) Situação de Emergência (SE): situação anormal provocada por desastre que causa danos e prejuízos que comprometem parcialmente a capacidade de resposta do poder público do ente federativo atingido;

b) Estado de Calamidade Pública (ECP): situação anormal provocada por desastre que causa danos e prejuízos que comprometem substancialmente a capacidade de resposta do poder público do ente federativo atingido.

O reconhecimento de SE ou ECP tem início com a expedição de decreto pelo Prefeito Municipal, ouvida a Coordenadoria Regional de Proteção e Defesa Civil (COREDEC), devendo ser imediatamente remetido à Defesa Civil, para posterior homologação pelo Governador do Estado. Monte para mim uma justificativa de Dispensa Emergencial com base na legislação que autoriza, enfatizando a desnecessidade da mesma ser eletrônica por força do disposto no art. 4º da Lei Federal nº 12.340, 2010

Decreto Municipal nº 030, de 2024:

Art. 23. O Estudo Técnico Preliminar (ETP) é o documento elaborado pelo setor requisitante na primeira etapa da contratação, evidenciando o interesse público envolvido, devendo dispor sobre o problema existente e a solução a ser contratada para resolvê-lo, dando base à elaboração do termo de referência, do anteprojeto ou do projeto básico, a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.

[...] III - dispensas de licitação previstas nos incisos III, VII e VIII do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

3.4. **CONSIDERANO** o disposto no art. 2º da Instrução Normativa nº 67, de 2021 da União que diz: Art. 2º Os órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, quando executarem recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, deverão observar as regras desta Instrução Normativa **NÃO SE APLICA** ao presente caso a aplicação da **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 67, DE 2021 DA UNIÃO**, tendo em vista que, os respostas a recuperação são considerados como **OBRIGATÓRIOS** conforme dispõe o art. 4º da Lei Federal nº 12.340, de 2010, o qual diz que: Art. 4º São **obrigatórias as transferências** da União aos órgãos e entidades dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres e de resposta e de recuperação em áreas atingidas ou com o risco de serem atingidas por desastres, observados os requisitos e procedimentos estabelecidos pela legislação aplicável;

3.5. **CONSIDERANDO** a pesquisa de mercado anexa a presente dispensa e o atendimento as formalidades do art. 72, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

3.6. Ante o acima exposto, entendemos aplicável a presente dispensa ao caso concreto.

4. DO CONTRATADO E PRAZO DE EXECUÇÃO

4.1. A CONTRATADA para os lotes 1 e 2 será a empresa **R. A. D. G. Gomes LTDA** inscrita no CNPJ/MF sob o nº **34.407.727/0001-00**, com sede na Via lateral da BR 101 Prefeito Santelmo Borba, nº 54, Bairro Centro no Município de Sombrio/SC, CEP: 88.960-000. A CONTRATADA para o lote 3 será a empresa **ELEVEN DISTRIBUIDORA LTDA** inscrita no CNPJ/MF sob o nº **19.539.756/0001-31**, com sede na Avenida Antônio Sant'Helena, nº 503, sala 02, Bairro Centro no Município de Sombrio – SC, Cep: 88.960-000.

4.2. O contrato terá vigência entre 17/06/2024 à 31/12/2024, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

5.1. Os pagamentos são as previstas no Contrato.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

6.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária prevista no orçamento de 2024:

08.01 – 2012 - 3.3.90.32.03.0024 (363) – R\$ 97.657,90;

08.01 – 2012 - 3.3.90.32.99.0024 (363) – R\$ 61.395,45.

7. DO FORO:

7.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente DISPENSA DE LICITAÇÃO, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Santa Rosa do Sul/SC.

8. DA DELIBERAÇÃO:

8.1. Pelo exposto, concluímos que ficou demonstrado a admissibilidade jurídica da contratação direta, por inexigibilidade de licitação sem disputa de preços, especificamente para as duas primeiras hipóteses de dispensa de licitação - em razão do valor do dispêndio no exercício 2024, a NLCC prevê que deve ser feita preferencialmente a divulgação de aviso, em sítio eletrônico oficial, com o propósito específico de obter propostas adicionais. Tal procedimento deve garantir a seleção da proposta mais vantajosa. E, para tanto, pode ser adotado o procedimento de seleção do preço mais vantajoso obtido na pesquisa de preços, sendo assim, com base no art. 37, inciso XXI da CRFB/88, art. 75, inciso VIII da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e no Decreto Municipal nº 030, de 2024.

8.2. E, tendo em vista todas as condições apresentadas retro, encerra-se o presente, sendo assinado pelo responsável da unidade requisitante e pela autoridade superior, para que produzam seus efeitos legais.



9. DOS ANEXOS:

9.1. Faz parte integrante desta DISPENSA DE LICITAÇÃO os anexos a seguir:

9.1.1. Anexo I - Requisição de Compra;

9.1.1. Anexo II - Minuta Contratual.

São João do Sul/SC, 17 de junho de 2024.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeito Municipal



Anexo I
Requisição de Compra



MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

Pág 1 / 3

Compras e Contratos

Requisição ao Compras - Requisição ao Compras (Listagem Recurso e Itens)

Código Cliente - Requisição ao Compras: 2164 Ano - Requisição ao Compras: 2024 Número -

Requisição ao Compras: 127 Fornecedor: -1 Ordenação: 1

REQUISIÇÃO AO COMPRAS Nº 127/2024

Fornecedor: Não informado	Centro de Custo: 08.001.006 - REQUISIÇÃO E SOLICITAÇÃO
Telefone:	ASSIST. SOCIAL
Fax:	Responsavel: 80055 - ELISANGELA PEREIRA PIGNATEL
	BIANCHINI
	Forma Entrega: Parcelada
	Previsão Consumo: Individual

Recursos Utilizados

Código Reduzido:	363
Órgão:	8 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade:	1 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Ação:	2012 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS
Vínculo:	170070000024 - Transferências de Convênios - União/Outros
Subelemento:	3339032030000000000 - Gêneros Alimentícios

Código Reduzido:	363
Órgão:	8 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade:	1 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Ação:	2012 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS
Vínculo:	170070000024 - Transferências de Convênios - União/Outros
Subelemento:	3339032990000000000 - Outros Materiais de Distribuição Gratuita

1 - KIT CESTA BÁSICA - PARA ESSE ITEM SERÃO FORNECIDAS 410 CESTAS COMPOSTAS PELOS ITENS ABAIXO:						
Item	Cód.	Qtde.	Unid.	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	2510	4100	KG		R\$7,20	R\$29.520,00
Produto: ARROZ PARBOILIZADO TIPO I EMBALAGEM DE 1KG						
2	39082	410	KG		R\$4,50	R\$1.845,00
Produto: FARINHA DE MILHO MÉDIA OU FINA, EMBALAGEM 1KG						
3	17833	410	KG		R\$5,89	R\$2.414,90
Produto: FARINHA DE MANDIOCA (EMBALADOS EM SACOS PLÁSTICOS DE 1KG)						
4	39083	820	KG		R\$4,89	R\$4.009,80
Produto: FARINHA DE TRIGO, TIPO 1, EMBALAGEM 1KG						
5	39084	820	PCT		R\$4,29	R\$3.517,80
Produto: MACARRÃO ESPAGUETE PCT 500GR						
6	39085	820	DUZI		R\$9,85	R\$8.077,00
Produto: OVOS BANDEJA COM 12 OVOS						
7	39086	410	PCT		R\$18,99	R\$7.785,90
Produto: CAFÉ TORRADO E MOÍDO, EMBALAGEM 500G						
8	17968	820	UN		R\$7,75	R\$6.355,00
Produto: ÓLEO DE SOJA (EMBALAGEM PET DE 900ML)						
9	818	410	PCT		R\$9,89	R\$4.054,90
Produto: AÇÚCAR CRISTAL (EMBALAGEM PLÁSTICA COM 2 KG)						
10	3718	2460	UN		R\$6,65	R\$16.359,00
Produto: LEITE INTEGRAL (1 LITRO)						
11	11337	820	KG		R\$6,75	R\$5.535,00
Produto: FEIJÃO PRETO TIPO I - EMBALAGEM DE 1 KG						
12	39087	410	PCT		R\$5,99	R\$2.455,90
Produto: BISCOITO MARIA EMBALAGEM 360GR						
13	39202	410	PCT		R\$5,99	R\$2.455,90
Produto: BISCOITO ÁGUA E SAL EMBALAGEM 360GR						
14	39088	410	UN		R\$5,99	R\$2.455,90
Produto: SARDINHA EM ÓLEO LATA						
15	39203	410	UN		R\$1,99	R\$815,90
Produto: SAL MOÍDO, IODADO, PARA CONSUMO DOMÉSTICO, EMBALAGEM 1KG						

SE DESCONTINUA O ARMAZENAMENTO DE DOCUMENTOS E/OU DE DADOS, O USUÁRIO DEVE ASSINAR E CARIMBAR O DOCUMENTO COM DATA E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DO DOCUMENTO.





MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

Compras e Contratos

Pág 2 / 3

Requisição ao Compras - Requisição ao Compras (Listagem Recurso e Itens)
Código Cliente - Requisição ao Compras: 2164 Ano - Requisição ao Compras: 2024 Número -
Requisição ao Compras: 127 Fornecedor: -1 Ordenação: 1

2 - KIT HIGIENE E LIMPEZA - PARA ESSE ITEM SERÃO FORNECIDAS 205 kits compostas pelos itens abaixo:						
Item	Cód.	Qtde.	Unid.	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	39204	205	UN		R\$19,20	R\$3.936,00
Produto: BALDE PLÁSTICO 8 A 10 LITROS						
2	39205	410	UN		R\$9,55	R\$3.915,50
Produto: PANO DE CHÃO 50X75						
3	29046	410	UN		R\$6,55	R\$2.685,50
Produto: ÁGUA SANITÁRIA - 2 LITROS						
4	9120	205	PCT		R\$3,95	R\$809,75
Produto: ESPONJA DE LOUÇA DUPLA FACE - PACOTE COM 04 UNIDADES						
5	3462	410	UN		R\$6,50	R\$2.665,00
Produto: DESINFETANTE PARA USO GERAL (FRASCO COM 02 LITROS)						
6	39206	410	UN		R\$8,99	R\$3.685,90
Produto: VASSOURA PLÁSTICO COM CABO E CERDAS MACIAS						
7	39211	205	UN		R\$8,99	R\$1.842,95
Produto: RODO PLÁSTICO 40CM						
8	9352	1025	UN		R\$2,09	R\$2.142,25
Produto: DETERGENTE DE LOUCA 500ML						
9	16517	205	UN		R\$13,99	R\$2.867,95
Produto: SABÃO EM BARRA NEUTRO 200 GRAMAS - PACOTE COM 5 UNIDADES						
10	4053	205	UN		R\$5,75	R\$1.178,75
Produto: SAPONÁCEO CREMOSO COM 300 ML						
11	39207	205	PCT		R\$9,05	R\$1.855,25
Produto: SABÃO EM PÓ, EMBALAGEM 800GR						
12	39208	205	UN		R\$8,75	R\$1.793,75
Produto: PÁ DE LIXO COM CABO LONGO						
13	39209	205	PCT		R\$7,65	R\$1.568,25
Produto: SACO DE LIXO 100L COM 25 UNIDADES						
14	39210	205	UN		R\$6,49	R\$1.330,45
Produto: AMACIANTE DE ROUPA, EMBALAGEM 2 LITROS						
3 - KIT HIGIENE E LIMPEZA - PARA ESSE ITEM SERÃO FORNECIDAS 410 unidades compostas pelos itens abaixo:						
Item	Cód.	Qtde.	Unid.	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	2599	1230	UN		R\$5,80	R\$7.134,00
Produto: PAPEL HIGIENICO UND C/ 4 ROLOS.						
2	1521	1640	UN		R\$1,90	R\$3.116,00
Produto: SABONETE 90 GR						
3	39212	820	UN		R\$3,71	R\$3.042,20
Produto: ESCOVA DENTAL						
4	12570	820	UN		R\$3,60	R\$2.952,00
Produto: CREME DENTAL - 90 GRAMAS						
5	19318	410	UN		R\$8,78	R\$3.599,80
Produto: SHAMPOO INFANTIL FRASCO DE 350ML NEUTRO						
6	39213	410	UN		R\$8,65	R\$3.546,50
Produto: DESODORANTE ROLON 90GR						
7	39214	410	UN		R\$3,99	R\$1.635,90
Produto: COTONETE CX 75 UNIDADES						
8	39215	410	UN		R\$3,99	R\$1.635,90
Produto: FIO DENTAL EMBALAGEM 50 METROS						
9	39216	410	UN		R\$5,99	R\$2.455,90
Produto: APARELHO BARBEAR DUAS LÂMINAS C/ 02 UNIDADES						
Valor Total:						R\$159.053,35

SE DESEJAR OITO ASSINATURAS: V. 14/03/2024 - 7:02:23:00-00
W4-CEN L. LUCAS DE S. - CEN LUCAS DE S. - 19/03/2024 08:58:27/232504





MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

Compras e Contratos

Requisição ao Compras - Requisição ao Compras (Listagem Recurso e Itens)

Código Cliente - Requisição ao Compras: 2164 Ano - Requisição ao Compras: 2024 Número -

Requisição ao Compras: 127 Fornecedor: -1 Ordenação: 1

Page 3 / 3

Justificativa de uso:

Ref.: aquisição de cestas básicas nos termos do Processo nº 59052.021805/2024-18, homologado pela Portaria nº 704 de 29 de fevereiro de 2024 do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, publicada no Diário Oficial da União/DOU em 01/03/2024 e Decreto Municipal nº 074, de 2023, prorrogado pelo Decreto Municipal nº 007, de 2024, conforme plano de trabalho e demais documentos que instruem o presente procedimento.

Recebido em: 10/06/2024

Solicitante, Secretário,
DIEGO DE MELO HERR

DIEGO DE MELO HERR
Secretário

51 DEC 01 10 45 AM '93 3 14052027 7 02 23100-03
 52 AUCUN L'INTERET 5--NON L'ACCUSE - l'apote'isme n'est pas le / l'essence



 Asinado digitalmente por:
DIEGO DE MELO IRIAR
Secretario
14/06/2024 14:00:29
Firma digital avanzada con certificado digital no OC
Certif.



ANEXO II

MINUTA CONTRATUAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2024

AVISO DE DISPENSA Nº 32/2024 – ART. 75, INCISO VIII DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM
ENTRE SI MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL/SC
..... E A EMPRESA
.....

O MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Nereu Ramos, nº 50, Centro, São João do Sul/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.547.274/0001-60, neste ato, representado pelo(a) Prefeito Municipal, Sr., doravante denominada CONTRATANTE e, o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representada por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação n., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação mais vantajoso para a futura contratação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. Do objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	V. UNIT.	V. TOTAL

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Documento de Formalização de Demanda;

OU

1.3.1. Termo de Referência que embasou a contratação e eventuais anexos;

1.3.2. A Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa, conforme o caso, e

1.3.3. A Proposta do contratado e eventuais anexos.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

2.1. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), prorrogável por, na forma do artigo 105 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1. Do preço:

5.1.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. Da forma de pagamento:

5.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.



5.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.3. Do prazo de pagamento:

5.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até **** (*****)** dias, da execução e recebimento do objeto e da Nota Fiscal/Fatura.

5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INP-C (IBGE) de correção monetária.

5.4. Das condições de pagamento:

5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

5.4.2. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.4.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

5.4.3.1. O prazo de validade;

5.4.3.2. A data da emissão;

5.4.3.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

5.4.3.4. O período respectivo de execução do contrato;

5.4.3.5. O valor a pagar; e

5.4.3.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.4.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

5.4.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.4.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para:

5.4.6.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no instrumento convocatório;

5.4.6.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.4.7. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.4.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.4.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.4.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize a situação.

5.4.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.4.11.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.4.12. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.4.13. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

5.5. **Da Cessão de Crédito:**

5.5.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

5.5.1.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

5.5.2. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

5.5.3. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condiciona à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei Federal nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

5.5.4. O crédito a ser pago ao cessionário será exatamente aquele que seria destinado ao cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

6. **CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE (art. 92, V e X)**

6.1. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação da contratado.

6.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

6.2.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

6.2.2. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

6.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

6.3.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que apostilada.

6.4. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços. (art. 135, § 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

6.5. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias. (art. 135, § 5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

6.6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

6.7. Na repactuação, o contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade. (art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

6.8. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

6.9. Quando a repactuação solicitada pelo contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento INP-C (IBGE), com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^o) / I^o$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I° = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;
I = Índice relativo ao mês do reajustamento.

- 6.10. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 6.11. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 6.12. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 6.13. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.
- 6.14. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.
- 6.15. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.
- 6.16. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.
- 6.17. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 6.18. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação contratual, sob pena de preclusão.
- 6.19. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao contratante ou ao contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
- 6.20. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.
- 6.21. O contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 15 (quinze) dias, contado da data do fornecimento, pelo contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados. (art. 92, § 6º, c/c o art. 135, § 6º).
- 6.22. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 7.1. São obrigações do CONTRATANTE:
 - 7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
 - 7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência ou Projeto Básico;
 - 7.1.3. Notificar o contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
 - 7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo contratado;
 - 7.1.5. Efetuar o pagamento ao contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
 - 7.1.6. Aplicar ao contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
 - 7.1.7. Não praticar atos de ingerência na administração do contratado, tais como (art. 48 da Lei Federal nº 14.133, de 2021):
 - 7.1.7.1. Indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
 - 7.1.7.2. Fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;
 - 7.1.7.3. Estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do contratado;
 - 7.1.7.4. Definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
 - 7.1.7.5. Demandar funcionário do contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;
 - 7.1.7.6. Prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.

- 7.1.8.** Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo contratado;
- 7.1.9.** Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias.
- 7.1.10.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 7.1.10.1.** Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.
- 7.2.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 8.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
 - 8.1.1.** Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.
 - 8.1.1.1.** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
 - 8.1.2.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);
 - 8.1.3.** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
 - 8.1.4.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
 - 8.1.5.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no instrumento convocatório, o valor correspondente aos danos sofridos;
 - 8.1.6.** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente público que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
 - 8.1.7.** Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
 - 8.1.8.** Quando não for possível a verificação da regularidade, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
 - 8.1.8.1.** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 8.1.8.2.** Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 8.1.8.3.** Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
 - 8.1.8.4.** Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 8.1.8.5.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
 - 8.1.9.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
 - 8.1.10.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
 - 8.1.11.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
 - 8.1.12.** Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.



- 8.1.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 8.1.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 8.1.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 8.1.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 8.1.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 8.1.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));
- 8.1.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));
- 8.1.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 8.1.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, de 2021](#);
- 8.1.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 8.1.23. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 8.1.24. Garantir o acesso do contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- 8.1.25. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 8.1.26. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 8.1.27. Disponibilizar ao contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 8.1.28. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 8.1.29. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;
- 8.1.30. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o contratado deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.
- 8.1.31. Autorizar o contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- 8.1.32. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;
- 8.1.33. Atender às solicitações do contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 8.1.34. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

- 8.1.35.** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o contratado relatar ao contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 8.1.36.** Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:
- 8.1.37.** Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 8.1.38.** Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 8.1.39.** Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
- 8.1.40.** Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
 - 8.1.40.1.** Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;
 - 8.1.40.2.** Para efeito de comprovação da comunicação, a contratado deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 9.1.** As partes deverão cumprir a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 9.2.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 9.3.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 9.4.** A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 9.5.** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 9.6.** É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 9.7.** O Contratado deverá exigir de sub operadores o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 9.8.** O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 9.9.** O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 9.10.** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
 - 9.10.1.** Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 9.11.** O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 9.12.** Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

- 10.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
- 11.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;
 - 11.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 11.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;
 - 11.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - 11.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - 11.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 11.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - 11.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa ou execução do contrato;
 - 11.1.9. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - 11.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - 11.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
 - 11.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
- 11.2.1. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
 - 11.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas subitens 11.1.2 a 11.1.7 do tem 11.1 deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
 - 11.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens 11.1.8, 11.1.9, 11.1.10, 11.1.11 e 11.1.12 do subitem acima, bem como nos itens 11.1.2, 11.1.3, 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6 e 11.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).
 - 11.2.4. **Multa**:
 - 11.2.4.1. Moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
 - 11.2.4.2. Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).
- 11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).
- 11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).
 - 11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).
 - 11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** §§ do art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):
- 11.6.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 11.6.2. As peculiaridades do caso concreto;
 - 11.6.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 11.6.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;

11.6.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando este órgão ou entidade não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade, ou quando entender que o contrato não mais lhe ofereça vantagem.

12.1.2. A extinção, na hipótese do subitem anterior, ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência da data de aniversário.

12.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses de antecedência da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratado, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

12.5. O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

12.6. Quando da rescisão, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

12.7. Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:

12.7.1. a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, b, da Lei Federal nº 14.133, de 2021); e



12.7.2. os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

12.8. Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 10 (dez) dias, o contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado (art. 121, §3º, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

12.9. O contratante poderá ainda:

12.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, “c”, da Lei Federal nº 14.133, de 2021), conforme legislação que rege a matéria; e

12.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

12.9.3. O contrato poderá ser rescindido no caso de se constatar a ocorrência da vedação do nepotismo no âmbito da Administração Pública Municipal.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação terão as seguintes classificações orçamentárias para o exercício de 2024:

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento e condições previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, que ante a impossibilidade momentânea de uso do PNCP será utilizado o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, que atualmente é a o órgão de imprensa oficial deste poder legislativo.

17. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO (art. 92, §1º)

17.1. É eleito o Foro da Comarca de Santa Rosa do Sul/SC para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito.

São João do Sul/SC,.....de junho de 2024.

XXXXXXXXXXXXX
Prefeito Municipal De São João Do Sul/SC
Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Contratada